



Uma representação visual de dados brutos do Facebook gerada por computador, de dezembro de 2010, exibindo a miríade de conexões entre usuários por todo o mundo, com cada fio mostrando a conexão virtual de um "amigo" a outro.

(Imagem cortesia de Paul Bitler, estagiário do Facebook)

# A Justificativa para uma Estratégia Nacional de Informações

Cel Dennis Murphy, Exército dos EUA, Reserva, e  
Ten Cel Daniel Kuehl, Força Aérea dos EUA, Reserva

No final do século passado, um grupo respeitado de analistas e antigos formuladores de políticas intitulado a Comissão dos EUA sobre a Estratégia de Segurança Nacional no Século XXI, porém mais conhecido como a Comissão Hart-Rudman, produziu uma série de relatórios que analisaram as implicações de algumas forças e tendências mundiais em desenvolvimento. O primeiro relatório da comissão, *New World Coming: American Security in the 21st Century* ("Um Novo Mundo: A Segurança Norte-Americana no Século XXI", em tradução livre), publicado em 1999, foi obviamente influenciado por o que muitos chamariam de revolução das informações<sup>1</sup>. O relatório era entremeadado com referências a "um mundo cheio de informações fluídas", "inundado de informações" e "menos favorável à tirania" devido à essa

revolução. Saliu algumas das oportunidades e vulnerabilidades simultâneas que essa revolução de informações apresentava aos formuladores das estratégias de Segurança Nacional. O segundo relatório da comissão, *Seeking a National Strategy: A Concert for Preserving Security and Promoting Freedom* ("Em Busca de uma Estratégia Nacional: Um Acordo para a Preservação da Segurança e da Promoção da Liberdade", em tradução livre), publicado no ano seguinte, ampliou a discussão em um comentário detalhado sobre a importância do ciberespaço<sup>2</sup>.

Desde então, os Estados Unidos desenvolveram várias estratégias nacionais, incluindo uma para o compartilhamento de informações. Ironicamente, contudo, ainda não existe uma estratégia nacional para o conteúdo das informações<sup>3</sup>. Embora exista, provavelmente, uma

variedade de razões para isso, é intenção dos autores recomendar tal estratégia. Para qualquer pessoa que tente desenvolver uma abordagem para o papel que a revolução das informações pode exercer na estratégia de segurança nacional, o trabalho da Comissão Hart-Rudman é uma fonte essencial. No entanto, ao se iniciar a partir desse ponto, também se percebe que é necessário um estudo anterior mais aprofundado. De fato, haveria a necessidade de analisar, de forma muito mais intensa, a natureza das informações como um instrumento do poder nacional e a sua evolução histórica, antes de tentar oferecer um modelo conceitual e organizacional para desenvolver o que pode ser chamada de uma Estratégia Nacional de Informações adequada para as exigências da segurança nacional dos EUA na Era da Informação.

Provavelmente, cada currículo ensinado nas escolas militares de estado-maior e de altos estudos militares, por todo o mundo, tenta explicar e analisar os elementos e instrumentos do poder nacional empregando algum tipo de modelo. As Forças Armadas dos EUA empregam, às vezes, um enquadramento identificado pela sigla DIME, que representa os *instrumentos do poder nacional* (diplomático, de informações, militar e econômico)<sup>4</sup>. Embora os instrumentos "D, M e E" sejam óbvios e quase se definam por si mesmos, isso não é o caso para o "I". A definição proposta empregada aqui é baseada nas estratégias de segurança nacional que o Presidente Ronald Reagan promulgou no final dos anos 80, incluindo trabalhos anteriores do seu governo. Em palavras simples, o *poder das informações* é o emprego do conteúdo de informações e das tecnologias e capacidades que possibilitam a troca desse conteúdo, usado mundialmente para influenciar o comportamento social, político, econômico e militar de seres humanos, seja um ou um bilhão de pessoas, em apoio aos objetivos da segurança nacional<sup>5</sup>.

Cada Estado-nação e entidade política estrategicamente importante na face da Terra — incluindo atores não estatais como Hamas, Greenpeace e as Nações Unidas — se esforça para empregar as informações como um instrumento de poder, independentemente de quão tecnologicamente sofisticado ou *conectado* seja. A informação é usada para estimular a produtividade econômica e desenvolver novas formas de gerar prosperidade; para melhorar o comando, controle e efetividade das forças e operações militares; e para conduzir a diplomacia, tanto pública quanto tradicional. O poder

das informações é, e tem sido sempre, um componente fundamental, essencial e talvez indispensável, para a criação e o emprego de todas as outras formas do poder. No entanto, esse fato parece ter passado despercebido pela maioria dos estrategistas de segurança nacional nos Estados Unidos e no exterior.

A *Estratégia de Segurança Nacional (ESN) dos EUA*, assinada, em maio de 2010, pelo Presidente Barack Obama, é mais um exemplo da orientação nacional que é, talvez, um quarto cheia, mas três quartos vazia, provendo apenas um pequeno raio de esperança<sup>6</sup>. Embora essa ESN contenha várias referências às informações em relação à necessidade de compartilhar e controlá-las, há pouca, ou nenhuma, noção do poder do conteúdo das informações vinculado às tecnologias modernas de comunicação-informação (ICT, na sigla em inglês), que foi um segmento importante da primeira ESN de Reagan, em 1987.

A ESN aborda repetidamente o direito das pessoas de terem acesso às informações, contudo há pouca, ou nenhuma, noção do poder das informações em influenciar os povos por meio da diplomacia pública como, por exemplo, sustentar a luta norte-americana contra o extremismo violento, não havendo menção, de modo algum, sobre as formas que o poder das informações e as suas ICTs relacionadas podem aprimorar e magnificar o poder e a capacidade militar do país. É necessária uma estratégia nacional coerente e abrangente sobre o conteúdo das informações para prover o foco, atualmente em falta.

## O Ambiente das Informações: Conectividade, Conteúdo e Cognição

Da mesma forma que nações descrevem e avaliam o poder aéreo ou o poder marítimo como a capacidade de usar esses ambientes, uma forma de medir o poder das informações talvez seja a capacidade de utilizar o ambiente de informações, descrito como a integração das três dimensões — *conectividade* (a capacidade de trocar informação), *conteúdo* (a informação em si) e o *efeito cognitivo* (o impacto nas crenças e nos comportamentos humanos) — resultante do emprego da conectividade para comunicar o conteúdo. Considerando que entender o ambiente de informações é essencial para a compreensão da abordagem recomendada aqui para o poder e uma estratégia de informações, o próprio ambiente precisa ser analisado em mais detalhe.

A primeira letra C, representando a conectividade, é visível de várias formas, pois pessoas a empregam para enviar, receber, transmitir, disseminar e compartilhar informações. Embora os seres humanos tenham usado vários métodos por toda a história para trocar informação — sinais de fogo, sinais de fumaça, bandeiras, semáforos, jornais, até o lendário (embora de pouca duração) Pony Express (correio a cavalo) — a conectividade moderna baseada em tecnologia que aproveita o espectro eletromagnético começou com a introdução do telégrafo, em meados do século XIX. Em uma sucessão relativamente rápida, o telégrafo foi seguido pela telegrafia sem fio, telefone, rádio, televisão e assim por diante até o presente. Hoje, em um mundo com o ciberespaço universalmente conectado, pessoas podem ver — por meio de um aparelho na palma da mão — a transmissão ao vivo de um evento no outro lado do mundo, quer seja esportes (e.g., a Copa do Mundo) ou terrorismo (e.g., os atentados em Mumbai, em novembro de 2008, onde reféns enviaram mensagens no Twitter enquanto os ataques decorriam). Isso é o que a tecnologia da informação moderna, a TI onipresente, nos trouxe. Além disso, é importante acrescentar, porém, que as formas de conectividade não tecnológicas ainda permanecem essenciais — e são, às vezes, até mais importantes. De qualquer forma, ambas, a conectividade tecnológica e não tecnológica, são componentes cruciais do ambiente de informações contemporâneo.

Então, o que a conectividade nos oferece sem a segunda letra C: o *conteúdo*? Muito pouco. No fim, a utilidade de ser capaz de trocar informações depende do que é trocado. Essa é mais uma área onde o impacto da TI moderna foi profundo, transformando por vezes a própria maneira pela qual as pessoas constroem e apresentam uma complexa informação intelectual e técnica. A imprensa de Gutenberg iniciou a revolução ao capacitar a produção em massa de informação padronizada, quer que seja a Bíblia, a Declaração da Independência de Jefferson ou o pôster famoso da Primeira Guerra Mundial pelo Lorde Kitchener com as palavras "Seu País Precisa de VOCÊ!"<sup>7</sup> Depois, a fotografia e, posteriormente, a cinematografia ampliaram o conteúdo visual em reproduções de eventos que pareciam exatas, desde os horrores do campo de batalha até a nitidez dos filmes pornográficos. Mais tarde, ainda, a televisão expandiu sobremaneira o efeito da fotografia por meio da sua capacidade de transmitir eventos completos.

A revolução digital efetuada pela internet e pela World Wide Web ampliou isso ainda mais, com o conteúdo de mundos virtuais on-line, como o Second Life, que podem criar ambiente sintéticos onde seres humanos fazem tudo, desde assumir personalidades e personificações totalmente novas até treinar virtualmente para atos terroristas<sup>8</sup>.

No entanto, fora dos efeitos dos avanços tecnológicos na troca de informações, ainda é essencial lembrar-se que uma grande quantidade do conteúdo das informações é transferida por meios não tecnológicos em situações culturais de alto contexto. Por exemplo, uma sobrelha erguida durante uma conversação, em muitas culturas, talvez transmita mais do que a própria conversa, e rosas entregues à pessoa amada talvez expresse mensagens desde "obrigado" até "desculpa".

Independentemente disso, seja no domínio tecnológico ou não tecnológico, a forma mais importante do conteúdo é, de fato, uma ação. O antigo adágio "as ações falam mais alto do que as palavras" se origina desse princípio, assim como a vexação dos pais ao ouvir as suas crianças fazerem ou dizerem coisas que lhes fazem perguntar-se, "Onde eles aprenderam *isso*?"

Finalmente, o *conteúdo* transmitido pela *conectividade* capacita a terceira, e mais importante, letra C: o *impacto cognitivo*. Isso ocorre quando a mente humana aplica sentido à informação recebida, quando a beleza é apreciada, a persuasão realizada, a perda é lamentada e as decisões são tomadas. Contudo, essa dimensão do ambiente de informações é a mais difícil de influenciar porque é raramente calculada quantitativamente, e, portanto, é difícil de manipular ou até de prever. Os públicos responderão ao conteúdo das informações de acordo com as suas culturas, antecedentes, experiências, emoções e por um grande número de outros fatores. Como o Subsecretário de Estado para Diplomacia Pública e Assuntos Públicos, Karen Hughes, disse uma vez em uma reunião dos integrantes da comunidade de Operações de Informações das Forças Armadas, os públicos talvez ouçam outros sentidos, além daqueles pretendidos, caso as suas perspectivas sejam muito diferentes daquelas das pessoas que prepararam o conteúdo<sup>9</sup>.

Um exemplo pode esclarecer isso. Em 1934, o inteligente cineasta alemão Leni Reifenstahl produziu um suposto documentário do congresso do Partido Nazista realizado no campo esportivo de Nuremberg. Esse filme,

*Des Triumph des Willens* ("O Triunfo da Vontade"), era uma obra-prima da propaganda, mas obviamente afetou diversos públicos de formas diferentes. Os alemães o consideravam como uma evidência do renascimento da força e do orgulho germânico, após os desastres e as humilhações da Primeira Guerra Mundial e a vida na década de 1920, sob os termos degradantes do Tratado de Versalhes. Os públicos nos países fronteiriços da Alemanha enxergaram uma mensagem diferente, mais ameaçadora. Para os mais perceptivos, era uma advertência grave do surgimento da agressão alemã.

## O Modelo "3C" do Poder das Informações

Consequentemente, o meio de conectividade entre os seres humanos pode ser tecnológico ou não tecnológico, e o conteúdo pode ser visual, ou auditivo ou, até



O clérigo Sadschad Mohsini segura um smartphone em Bamiam, Afeganistão, 24 Out 14. Ele utiliza rotineiramente a mídia social para avisar jovens sobre assuntos de fé e religião. O filho dele lhe ensinou como navegar em mecanismos de busca e explicou como funciona o Facebook.

(Associated Press/ Subel Bhandari, AP Images)

mesmo, uma ação, mas o resultado final é o mesmo: um ser humano é afetado, internaliza a informação, desenvolve uma crença e, a partir de então, se comporta de uma forma determinada por causa disso. Quando o ciclo culmina em um comportamento observável, começa novamente.

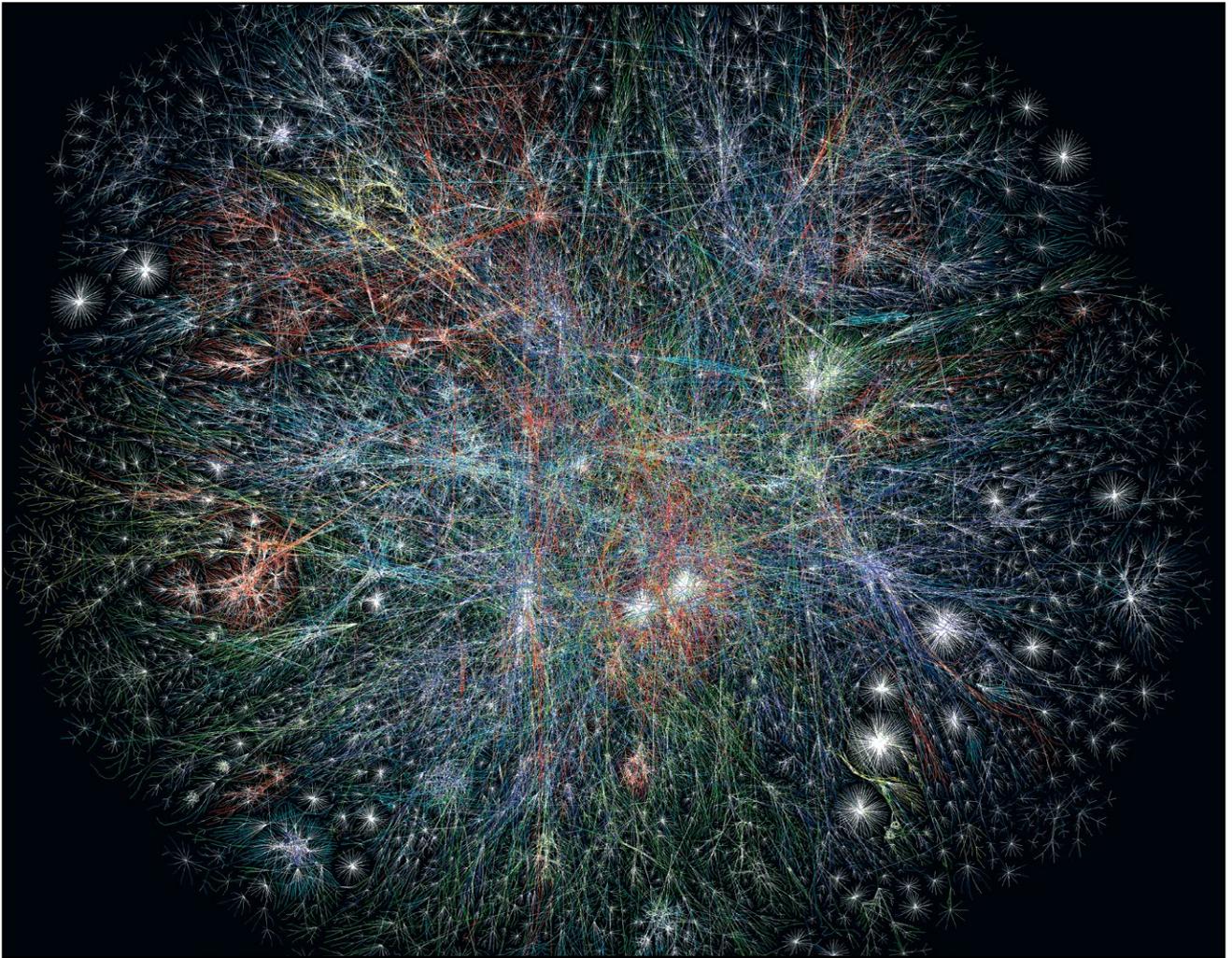
Uma geração de estudantes chegou a conhecer estes — conectividade, conteúdo e impacto cognitivo — como o modelo "3C" das informações. Essa abordagem possui vários aspectos atraentes. Primeiro, é fortemente baseada na doutrina aceita das Operações de Informações das Forças Armadas dos EUA<sup>10</sup>. Segundo, as três dimensões são surpreendentemente mensuráveis. Terceiro, não é totalmente dependente da tecnologia. Exemplos do modelo "3C" podem ser vistos desde o emprego de inscrições em pedra sobre o tratamento apavorante de prisioneiros rebeldes pelos assírios para intimidar politicamente os seus súditos. Quarto, a explosão das ICTs modernas já fez com que o emprego do poder das informações seja fundamental para o funcionamento de todas as outras formas atuais de poder. Não apenas podemos identificar os aspectos organizacionais de cada "C", mas também, podemos descrever claramente algumas das parcerias que precisam ser criadas entre os setores público (governo) e privado (empresarial e social).

Portanto, o modelo "3C" mostra que o poder das informações não deve — e não pode — originar-se exclusivamente do setor governamental ou do privado, devendo ser proveniente dos dois, o que sugere um modelo organizacional por meio do qual podemos desenvolver melhor uma estratégia e depois aplicá-la no emprego do poder das informações com a finalidade de obter uma mudança comportamental.

A busca de um equilíbrio sinérgico, entre a obtenção da conectividade e a exploração do conteúdo, para conseguir dissonância cognitiva que leva a uma mudança comportamental, não é nova. Contudo, o histórico do emprego do poder das informações pelos EUA mostra que os esforços para se obter esse equilíbrio têm variado em ênfase e efetividade.

## Um Problema Duradouro

Pode-se presumir que a questão da obtenção da conectividade enquanto empregando-a como um método para influenciar por meio da criação de consciência ou mudanças cognitivas é um fenômeno recente,



Um mapa gerado por computador é sobreposto a uma fotografia do mundo, mostrando conexões da internet, em 23 Nov 03, emanando de regiões ao redor do mundo. São codificadas por cor: Ásia-Pacífico — vermelha; Europa, Oriente Médio, Ásia Central e África — verde; América do Norte — azul; América Latina e Caribe — amarela; outras concentrações localizadas regionalmente — branca.

(Gráfico cortesia de Barrett Lyon, LyonLabs, The OPTe Project)

incitado pelo advento da internet e da World Wide Web. Contudo, uma breve observação histórica desde a Revolução Industrial até os tempos atuais indica que a necessidade de se equilibrar a proteção enquanto se explora os mesmos meios de comunicação não é nova.

No início da Primeira Guerra Mundial, tanto os Estados Unidos quanto a Alemanha já estavam, em grande medida, dependentes dos cabos transoceânicos de telegrafia para o comércio em um mercado global de rápida expansão. Conseqüentemente, esses cabos, pertencentes e controlados pela Grã-Bretanha e pela Alemanha, eram alvos de exploração e destruição pelos dois lados. Isso levou os Estados Unidos a desenvolver um meio alternativo de comando e controle na parte final da guerra: o rádio.

Os problemas que os Estados Unidos enfrentaram, em termos de manter a conectividade por ambos os meios, são assustadoramente semelhantes àqueles que encaramos hoje. A capacidade de agir e estabelecer uma prioridade para o conteúdo das informações, por meio do sistema limitado de cabos, tornou-se estrategicamente significativa. Atualmente, enfrentamos limites sobre a capacidade da largura de banda. Da mesma forma, o desenvolvimento inicial do rádio enfrentou problemas relacionados ao gerenciamento do espectro eletromagnético, em termos de frequências utilizáveis e não conflitantes, o que é mais um assunto de importância atualmente. Obviamente, a dependência significativa da utilização das linhas telegráficas transoceânicas para o comércio e para o intercâmbio econômico no



Carl T. Rowan, então Diretor da Agência de Informações dos EUA (USIA), discute apoio ao envolvimento dos EUA no Vietnã durante reunião do Conselho de Segurança Nacional na Sala do Gabinete na Casa Branca, Jul 1965. Na época, a USIA tinha mais de 13.000 empregados. Coordenava e disseminava temas e informações estratégicas por meio das radiodifusões da *Voz da América* junto com comunicações diárias a pessoal das embaixadas dos EUA. Mantinha, ainda, um sistema de bibliotecas em países estrangeiros, composto por literatura e pensamentos filosóficos norte-americanos relacionados com a democracia por todo o mundo.

(Foto cortesia da Lyndon B. Johnson Presidential Library)

dia a dia chegou a ser uma vulnerabilidade. Há semelhanças significativas entre todos esses desafios e os problemas atuais de capacidade e vulnerabilidade da internet<sup>11</sup>.

Além disso, durante esse período, o Presidente Woodrow Wilson enxergou o benefício da persuasão e da influência no emprego das informações como um instrumento do Poder Nacional durante a guerra. Como resultado, Wilson estabeleceu o Comitê sobre Informação Pública (Committee on Public Information — CPI) para informar e engajar o mundo e, ao mesmo tempo, influenciar populações, líderes e forças militares inimigos. O CPI, chefiado pelo jornalista George Creel, obteve resultados variados, porém era evidente que Wilson conseguia ver o grande benefício de empregar o mesmo meio de informações globais — o telégrafo transoceânico — para disseminar rapidamente as suas mensagens diplomáticas por todo o mundo. No seu artigo, da revista *Parameters*, “Propaganda: Can a Word Decide a War?” (Propaganda: Uma Palavra Pode Decidir uma Guerra?, em tradução livre), Dennis M. Murphy e James F. White descrevem a reação do presidente:

Quando Wilson discursou sobre os “Quatorze Pontos”, em janeiro de 1918, os representantes do CPI em São Petersburgo e Moscou

receberam o texto via rádio e telégrafo transatlânticos, e conseguiram repassá-lo ao cidadão russo na rua por meio de pôsteres e folhetos em apenas quatro dias ... Wilson ficou surpreso com a disseminação efetiva da sua meta da paz e com a reação mundial. Ele comentou a George Creel, em dezembro de 1918; “Me pergunto se você elaborou inconscientemente uma teia da qual, para mim, não há saída”<sup>12</sup>.

Ficou evidente, que na época de Wilson, do mesmo modo que hoje em dia, a dependência dos Estados Unidos de um sistema de conectividade vulnerável para o comando, controle e prosperidade econômica foi usado também como um meio para causar efeitos cognitivos em ambos, nos aliados e nos inimigos. Já nesse tempo, muitos afirmavam a necessidade de desen-

volver uma estratégia nacional holística de informações para controlar e orientar efetivamente essa nova tecnologia — uma que levasse em consideração tanto a proteção da conectividade quanto a exploração dela para influenciar um público-alvo. No entanto, nenhuma política abrangente foi completamente desenvolvida na época de Wilson ou depois. Conseqüentemente, os Estados Unidos titubearam pelo resto do século XX com esforços de políticas fragmentadas, resultantes, em grande medida, da competição com a União Soviética durante a Guerra Fria.

## O Poder das Informações durante a Guerra Fria

No início da Guerra Fria, os formuladores das políticas dos EUA a conceberam, em grande parte, como uma competição entre ideologias que ia ser disputada principalmente por meio do poder das informações, embora apoiada estrategicamente pela ameaça de força militar e da destruição mútua assegurada. Ao reconhecer isso, o projeto de lei Smith-Mundt, de 1948, estabeleceu a Agência de Informações dos Estados Unidos (USIA, na sigla em inglês). O propósito da lei era “promover um melhor entendimento sobre os Estados Unidos entre os povos do mundo e fortalecer relações internacionais cooperativas”<sup>13</sup>. A USIA ia agir como o órgão

responsável pela obtenção de efeitos estratégicos das informações cognitivas por todo o mundo, em apoio à estratégia e às políticas dos EUA.

Foi organizada durante um tempo no qual os meios de conexão global, no ambiente pós-Segunda Guerra Mundial, estavam se expandindo rapidamente com avanços tecnológicos. Embora a televisão estivesse emergindo como uma tecnologia, o rádio tornou-se a capacidade global dominante para transmitir a mensagem norte-americana aos públicos-alvo. Um resultado era que a *Voz da América* chegou a ser o programa preeminente da USIA durante a Guerra Fria. Aproveitou-se o alcance da tecnologia do rádio para comunicar mensagens efetivas com o objetivo de influenciar e persuadir públicos-alvo atrás da Cortina de Ferro.

Ao reconhecer a necessidade de competir efetivamente na luta ideológica, o governo Reagan fez a primeira tentativa de desenvolver um documento abrangente de segurança nacional sobre as informações, em 1984, com a Diretriz de Decisão da Segurança Nacional 130, *As Políticas de Informações Internacionais dos EUA* (NSDD 130, *U.S. International Information Policy*). O enfoque dessa diretriz é o que, atualmente, pode ser chamado de comunicação estratégica, mas dentro do documento existe, também, uma discussão sobre o controle e o uso dos aspectos da conectividade do ambiente de informações. O documento diz: "Mais pensamento sistemático precisa ser prestado às oportunidades oferecidas pela teledifusão internacional ... Novas tecnologias (particularmente na área de vídeo cassetes e de áudio) têm criado novos instrumentos cujo potencial deve ser explorado"<sup>14</sup>.

A NSDD 45, promulgada em 1982, também reconheceu a exigência predominante em equilibrar a expansão e a proteção da conectividade para permitir a transmissão da mensagem:

A aquisição de novos locais e de instalações de transmissão deve ser um assunto prioritário ... [com] prioridade concedida à proteção e, quando possível, à expansão das frequências disponíveis aos EUA para a transmissão



Um website de recrutamento e financiamento do Estado Islâmico encontrado na darknet, a parte do conteúdo da internet que não se pode acessar com mecanismos de busca padrões. O ISIS é conhecido pelo emprego de outras mídias sociais, como os serviços de mensagens WhatsApp e Kik, para solicitar doações na forma que se chama "caridade humanitária".

(Imagem cortesia de Michael Hogg, Especialista de Informações Visuais)

internacional via ondas curtas ... Um grande esforço coordenado deve ser empreendido para pressionar diplomaticamente o assunto de interferência eletrônica em todos os devidos foros internacionais e bilaterais<sup>15</sup>.

A última frase se refere às ações para opor a atividade soviética de bloquear eletronicamente os sinais da *Voz da América* para evitar que os programas atinjam os públicos intencionados atrás da Cortina de Ferro. O desejo russo de controlar o fluxo de informação pode ser visto na política estratégica promulgada pelo Kremlin, no final de 2011, que visa, em primeiro lugar, a usar esse controle das informações para obter efeitos políticos — tanto internos como internacionais<sup>16</sup>.

O próximo grande avanço para uma política nacional sobre o poder das informações nos EUA ocorreu durante o segundo governo Clinton, com o reconhecimento do crescimento exponencial da internet nos Estados Unidos<sup>17</sup>. Em um comunicado à imprensa, em setembro de 1998, a Casa Branca insinuou a crescente e evidente importância da internet para o comércio e para a economia, bem como a sua vulnerabilidade aos elementos criminosos. O governo Clinton iria "fortalecer o seu apoio ao comércio eletrônico ao permitir a exportação de criptografia forte quando usada para proteger informações confidenciais em forma eletrônica, sejam financeiras, de saúde, médicas e comerciais"<sup>18</sup>. A Diretriz de Decisão Presidencial 68, *Assuntos de Informações Públicas Internacionais* (Presidential

Decision Directive 68, *Concerning International Public Information*), de 1999, reconheceu, independentemente, a necessidade de influenciar públicos estrangeiros em apoio às políticas adotadas<sup>19</sup>. Contudo, conforme o século XX terminou, não havia indicação alguma de um requisito para prover um vínculo estratégico para proteger a internet enquanto é utilizada como um instrumento para influenciar e persuadir, em um mundo cada vez mais transparente. Essa era a situação conforme os Estados Unidos faziam lentamente a transição para a Era da Informação durante o governo George W. Bush [não deve ser confundido com o governo do seu pai, George H.W. Bush].

## O Dilema do Século XXI: Como Conseguir Equilíbrio

George W. Bush, durante todo os seus dois mandatos, reconheceu o impacto estratégico da internet e da World Wide Web em todos os instrumentos do poder nacional. Talvez isso fosse, em parte, devido ao emprego efetivo dessas tecnologias pelos adversários emergentes, mas também foi porque os interesses comerciais e governamentais dos EUA tinham desenvolvido uma dependência significativa da internet para negócios, comércio e comando e controle diários.

Além disso, a informação como uma ferramenta estratégica de influência, ou como uma arma, já não era um atributo exclusivo do governo. Antigamente, os custos tecnológicos e a infraestrutura limitavam o poder das informações ao domínio dos Estados-nação, corporações multinacionais e organizações não governamentais, como a Cruz Vermelha, que possuíam recursos suficientes para operar sistemas de informações. Atualmente, porém, o poder onipresente e de baixo custo da internet e da Wide World Web pode também ser exercido por indivíduos ou pequenos grupos de pessoas. Portanto, os formuladores de política foram forçados a reconhecer que o controle rígido de uma mensagem pelo governo já não era mais possível. Foram compelidos a reconhecer que o controle cuidadoso do ambiente de informações era, daqui em diante, essencial para competir de forma proativa com adversários que aproveitavam a internet para disseminar as suas mensagens.

Não menos importante, a dependência econômica, devido ao emprego extensivo da internet pelos interesses empresariais para conduzir o comércio diário,



fizeram com que a economia dos Estados Unidos fosse cada vez mais vulnerável e sujeita a ataques.

## A Cognição, a Internet e o Foco Estratégico

Os ataques contra os Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, moldaram ainda mais a estratégia do poder das informações de George W. Bush. Ninguém pode argumentar que os atentados, por si mesmos, não eram letalmente devastadores. No entanto, a exploração quase instantânea das imagens e as subsequentes comunicações de propaganda mundial pelos inimigos dos EUA chegaram a ser o precursor barulhento e claro da natureza da guerra na Era da Informação. A exploração desse evento pelos perpetradores assinalou o início do emprego extensivo da internet para conduzir uma guerra na era da "nova" mídia<sup>20</sup>. O impacto psicológico das imagens de aeronaves atingindo os símbolos norte-americanos do poder econômico e militar se difundiu instantânea e mundialmente, recebido de forma diferente por vários públicos — alguns com choque e horror, outros com adulação e elogio. Era uma indicação real do crescente poder da informação para realizar finalidades estratégicas usando a ICT, como a internet e a televisão a cabo e a satélite, como um meio.



O Presidente Barack Obama discute estratégia sobre a Síria com seus conselheiros de segurança nacional na Sala de Crises da Casa Branca, 31 Ago 13.

(Foto Oficial da Casa Branca/ Pete Souza)

Além disso, a exploração rápida das imagens dos atentados pelos adversários mostrou que os Estados Unidos não estavam preparados para lidar efetivamente com as exigências da guerra na nova dimensão do campo de batalha de informações globais e demonstrou, ainda, que a natureza burocrática do governo era um impedimento para a política estratégica em relação às informações em uma época onde a velocidade e a agilidade eram essenciais para competir de modo proativo e responsivo.

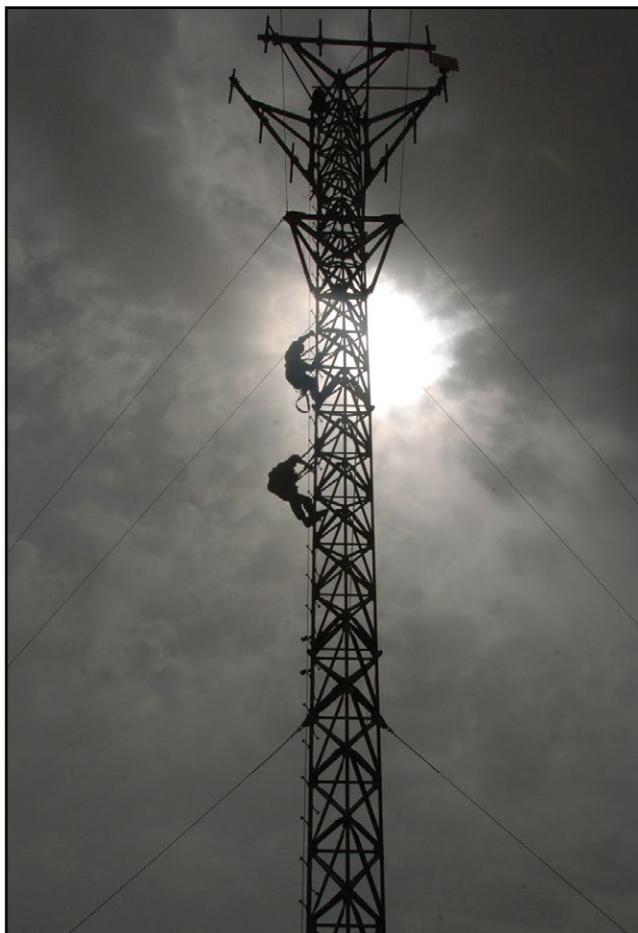
Apenas dois anos antes, em 1999, a USIA foi desmantelada como um "dividendo de paz" depois da Guerra Fria, e as suas atividades distribuídas entre todo o Departamento de Estado. Nominalmente, a posição de Subsecretário de Estado para Diplomacia Pública e Assuntos Públicos assumira as responsabilidades para os programas de informação internacional, enquanto os esforços de transmissão internacional do governo dos EUA tinham sido transferidos ao semi-independente Conselho de Governadores de Transmissão (Broadcasting Board of Governors)<sup>21</sup>.

Esse arranjo muito reduzido, descentralizado e menos político provou ser ineficiente e ineficaz depois dos atentados de 11 de Setembro. Além disso, os problemas das políticas e de um processo desajeitado foram agravados pela falta de continuidade na liderança, já que quatro Subsecretários de Estado para Diplomacia Pública e Assuntos Públicos foram nomeados durante os oito anos da presidência de George W. Bush — e, mais relevante, o cargo estava vago por mais de um terço desse tempo<sup>22</sup>. Não foi até 2007, quando Karen Hughes, a terceira dos quatro subsecretários de Bush e uma confidente íntima do presidente, publicou uma *Estratégia Nacional para a Diplomacia Pública e a Comunicação Estratégica (National Strategy for Public Diplomacy and Strategic Communication)*. Embora esse documento se concentrasse em informar, engajar e influenciar, ele reconheceu a importância da internet nesse esforço:

Todos as agências e embaixadas precisam ... aumentar o emprego de novas tecnologias, incluindo o uso criativo da internet, bate-papos on-line, blogs e oportunidades de narrativas de vídeo na internet para salientar as políticas e programas norte-americanos<sup>23</sup>.

Durante o mesmo período, os terroristas, reconhecendo a importância estratégica da comunicação para realizar os seus objetivos por meio da influência, aumentaram a quantidade de websites patrocinados, de doze, no início deste milênio, a mais de sete mil, já em maio de 2010<sup>24</sup>.

Na ausência de um processo de formulação efetiva de políticas e de um mecanismo para uma administração central, os outros órgãos do poder executivo dos governos Bush preencheram a ausência de políticas ao agirem independentemente, de acordo com as suas missões e prioridades. O Departamento de Defesa, em sua Revisão Quadrienal da Defesa, de 2006, realçou a comunicação estratégica como um esforço de guerra fundamental, fornecendo um estudo independente para considerar a melhor maneira de informar, engajar e influenciar, estabelecendo um gabinete no escalão Departamento de Defesa para liderar o esforço<sup>25</sup>. Menos de um ano depois, o mesmo gabinete dentro do Departamento de Defesa promulgou uma política extremamente limitante sobre o emprego da internet como um meio para esse supostamente importante esforço de comunicação estratégica<sup>26</sup>.



Um militar do 44º Batalhão de Comunicação Expedicionário sobe em uma torre de treinamento, enquanto um sargento aguarda acima, Camp Victory, Iraque, 23 Ago 08. Os dois militares fazem parte de uma equipe se adestrando para instalar equipamentos de Rádio sobre Protocolo Internet em torres para melhorar as comunicações militares no Iraque.

(Cb Evan D. Marcy/ Gabinete de Assuntos Públicos do 44º Batalhão de Comunicação)

Posteriormente, *A Estratégia Nacional para a Segurança do Espaço Cibernético (National Strategy to Secure Cyberspace)* de Bush, publicada em 2003, concentrou-se exclusivamente na necessidade de proteger a internet e a infraestrutura essencial associada dependente dela. Embora reconhecesse as interdependências críticas dos setores público e privado no esforço de segurança, ela proporcionou um enquadramento para o compartilhamento de informações, um meio para responder a incidentes, após o fato, mas nenhum padrão para a criação de um sistema mais protegido que seria menos vulnerável à crescente ameaça. Além disso, não há menção sobre a internet como um instrumento para influenciar por meio do emprego da comunicação estratégica ou da diplomacia pública. Na realidade, a palavra "influenciar" não é mencionada sequer uma vez

no documento que concentrou-se na conectividade, não no impacto cognitivo das informações<sup>27</sup>.

Embora esses esforços reconhecessem a necessidade de competir no ambiente de informações para obter efeitos cognitivos ao mesmo tempo em que protege a conectividade para comunicar, eles, também, refletiram uma divisão de propósito, que não é uma surpresa considerando a falta de qualquer estratégia nacional de informações abrangente. O resultado foi que diferentes órgãos do governo — e diversos gabinetes dentro do mesmo órgão — concentraram-se em distintas dimensões do ambiente de informações. Essa tendência continua atualmente com o governo Obama.

## O Governo Obama: Mais do Mesmo ... mas um Pequeno Raio de Esperança

Se um grupo deve entender o poder da internet em comunicar e influenciar públicos, este é o governo Obama. Como candidato presidencial, o ex-Senador Obama empregou destramente a internet para angariar financiamento e disseminar a sua mensagem política, como nunca visto antes, na preparação para a sua eleição de primeiro mandato. Isso foi levado adiante no seu governo quando o tradicional discurso semanal moveu-se do rádio para streaming de vídeo na internet. Obama utilizou mensagens de texto do Serviço de Mensagens Curtas (Short Message Service — SMS, ou seja, "torpedos"), podcasts e transcritos on-line em uma variedade de idiomas para comunicar sua palestra memorável "Novos Inícios", proferida em Cairo em junho de 2009, por todo o Oriente Médio e a África<sup>28</sup>. Além disso, ele entendeu o aspecto significativo de proteger a internet e exigindo uma análise da segurança cibernética dentro de três semanas depois de assumir o cargo<sup>29</sup>.

Ainda no governo Obama, a Casa Branca respondeu a uma exigência congressional ao prover o *Enquadramento Nacional para a Comunicação Estratégica (National Framework for Strategic Communication)*, que se concentrava nos aspectos cognitivos das informações como poder, mas abrangia principalmente os mecanismos usados para coordenar esse esforço<sup>30</sup>. A Casa Branca, também, anunciou um programa baseado na "Iniciativa Abrangente Nacional de Cibersegurança" ("Comprehensive National Cybersecurity Initiative") do governo Bush. Esse esforço concentrou-se inteiramente, contudo, na proteção

da internet — sem menção do seu uso, como um meio de comunicação estratégica<sup>31</sup>. Esses documentos e políticas adotadas abordam o conteúdo e a cognição independentemente e, ao que tudo indica, para distintas finalidades: para a proteção da conectividade (a internet) ou para a exploração dela a fim de aproveitar os efeitos cognitivos. Contudo, há indicações de que o governo Obama entende a necessidade de se obter equilíbrio entre os dois objetivos. O Departamento de Defesa promulgou uma diretriz sobre a mídia social, em fevereiro de 2010, ordenando que os comandos militares liberem o acesso aos sites de mídia social, permitindo que integrantes das Forças Armadas informem e participem, recomendando, simultaneamente, que os comandantes "continuem a defender contra atividade maliciosa"<sup>32</sup>. Como mencionado anteriormente, a *Estratégia de Segurança Nacional*, de 2010, proveu um raio de esperança ao abordar ambas, a cibersegurança e a comunicação estratégica. Embora essa estratégia esteja cheia de fortes exigências para a segurança da internet, há, também, o reconhecimento da necessidade de equilíbrio para que a comunicação possa ser explorada:

Apoiamos a disseminação e o emprego dessas tecnologias [a internet, redes sem fio, smartphones] para facilitar a liberdade de expressão, expandir acesso às informações, aumentar a transparência e a contabilidade do governo e enfrentar restrições sobre o seu uso. Da mesma forma, utilizaremos melhor essas tecnologias para comunicar efetivamente as nossas próprias mensagens ao mundo<sup>33</sup>.

Curiosamente, em janeiro de 2010, a então Secretária de Estado Hillary Clinton deu uma palestra muito elogiada sobre a liberdade da internet, observando que a liberdade de acesso é como a liberdade de reunião. Ao continuar, ela disse, "Permite que indivíduos conectem-se on-line, se reúnam e, esperançosamente, cooperem. Uma vez na internet, não se precisa ser uma magnata ou uma estrela do rock para ter um grande impacto na sociedade"<sup>34</sup>. Os eventos no Oriente Médio, apelidados popularmente como a "Primavera Árabe", pareceram, à primeira vista, apoiar essa posição. No entanto, a desordem continuada nessa região oferece uma história cautelosa sobre qualquer tentativa de estabelecer uma explicação de única causa para a mudança política significativa, especialmente quando esse único

foco é a tecnologia da informação<sup>35</sup>. Isso aponta para a complexidade e a inter-relação entre a conectividade, o conteúdo e a cognição.

Talvez o melhor caminho a seguir, publicado até então pelo governo Obama, é a sua *Estratégia Internacional de Ciberespaço* (*International Strategy for Cyberspace*), que o presidente assinou em maio de 2011 e promulgou publicamente no Departamento de Estado. Até agora, essa é a abordagem mais abrangente em relação às implicações estratégicas e ao emprego desse novo domínio, citando objetivos-chave no desenvolvimento econômico, liberdades da internet, controle de redes e em outras áreas de amplo espectro sendo moldadas radicalmente pelo ciberespaço, e, assim, estabelecendo vínculos com o poder das informações<sup>36</sup>.

Contudo, a realidade é que nenhum único órgão do poder executivo está encarregado, totalmente, do instrumento de informações do poder nacional. Portanto, continuará a haver conflito entre os órgãos que buscam proteger a tecnologia e outros procurando aproveitá-la para competir de forma cognitiva no cenário mundial. O que agrava o problema é que o ambiente de informações — em suas dimensões de conectividade, conteúdo e cogitação — é compartilhado completamente e, às vezes, dominado pelo setor privado. Tampouco esse dilema é limitado à conectividade representada pelas tecnologias de comunicação-informação. O poder executivo não controla o que um senador diz ... ou o que faz uma artista como Lady Gaga.

Considerando que pouco se evoluiu em termos de políticas adotadas para o conteúdo desde a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos permanecem na encruzilhada que exige uma abrangente estratégia nacional de informações que incorpore a conectividade, o conteúdo e a cognição em todas as suas formas. Como Bruce Hoffman, um professor da Georgetown University, observa, "Nossos adversários possuem uma estratégia de comunicações. Nós, infelizmente, não"<sup>37</sup>.

## A Modelagem Estratégica, a Organização e o Modelo "3C": Uma Abordagem para uma Estratégia Nacional de Informações

O autor Harry Yarger, em *Strategic Theory for the 21st Century: The Little Book on Big Strategy* ("A Teoria Estratégica para o Século XXI: O Pequeno Livro sobre a Grande Estratégia", em tradução livre), descreve o

pensamento estratégico como "um processo intelectual sofisticado que busca criar uma síntese de consenso, esforços e circunstâncias para influenciar favoravelmente o ambiente geral enquanto controla os riscos envolvidos na procura de oportunidades ou na reação às ameaças"<sup>38</sup>

A melhor forma de considerar esse processo intelectual, relacionado a uma estratégia de informações, é por meio de uma análise da definição do instrumento de informações do poder nacional, que anteriormente descrevemos como: "o emprego do conteúdo de informações e das tecnologias e capacidades que possibilitam a troca desse conteúdo, usado mundialmente para influenciar o comportamento social, político, econômico e/ou militar de seres humanos, seja um ou um bilhão de pessoas, em apoio aos objetivos de segurança nacional". Por meio dessa definição, os *fins*, *métodos* e *meios* são evidentes, e a oportunidade de examiná-los pela perspectiva da conectividade, conteúdo e cognição emerge.

Os *fins* são os efeitos desejados que capacitam a realização dos objetivos. Consequentemente, uma estratégia nacional de informações deve buscar "influenciar o comportamento social, político, econômico e/ou militar de seres humanos, seja um ou um bilhão de pessoas, em apoio aos objetivos de segurança nacional"<sup>39</sup>.

Os *métodos* refletem os processos aplicados que apoiam com mais eficiência a realização dos fins, enquanto os *meios* são as capacidades e recursos empregados sinergicamente pelos processos que são inerentes aos métodos.

No caso de uma estratégia nacional de informações, este artigo argumenta que o modelo "3C" precisa ser aplicado considerando a conectividade, conteúdo e cognição para prover foco estratégico e para abordar totalmente a aplicação do poder de informações pelos Estados Unidos.

As palavras-chave "influenciar ... o comportamento" dentro da nossa definição apontam para a natureza cognitiva dos fins. A conectividade necessária para influenciar comportamento humano, em apoio aos objetivos de segurança nacional, varia desde a interação pessoal de militares no terreno até o emprego de mídia social pelos Departamentos de Estado e de Defesa. Qualquer estratégia de informações precisa considerar todas essas possibilidades durante a provisão de recursos e a integração de capacidades.

Por exemplo, embora o financiamento da iniciativa transregional da web (transregional web initiative) do Departamento de Defesa seja importante, os intercâmbios culturais e educativos patrocinados pelo Departamento de Estado também se destacam<sup>40</sup>. Além disso, considerando a execução descentralizada desses programas e interações, um fator-chave é uma definição do processo (um método) para garantir que um órgão de direção do governo dos EUA proporcione ampla orientação que permita a aplicação do poder das informações, enquanto garante que a comunicação ocorra em todos os níveis em formas que capacitam os fins declarados. Essa abordagem conduzirá o conteúdo apropriado que, por sua vez, impactará a cognição por meio de uma influência que afete o comportamento.

Como observado anteriormente, o poder das informações e as tecnologias modernas de informação-comunicação sustentam e crescem o poder econômico, ao mesmo tempo que, também, aprimoram e magnificam o poder e as capacidades militares norte-americanos. A nação é dependente desse poder para o seu êxito e, da mesma forma, extremamente vulnerável a ataques, com base nessa mesma dependência. Assim, é compreensível que as estratégias sobre ciberespaço enfatizem os aspectos de segurança da conectividade sem abordar um método equilibrado que aproveite essa conectividade para prover um conteúdo que afeta a cognição.

Considerando que a informação, como um poder, capacita e é entremeada pelos instrumentos diplomático, militar e econômico do poder nacional, a falha ao definir um órgão de direção do governo dos EUA como sendo o instrumento de informações torna-se problemática, no melhor das hipóteses. Agravando ainda mais o problema, a indústria privada controla, na maioria dos casos, a conectividade e não está necessariamente aberta ao compartilhamento das vulnerabilidades com o governo. Isso é mais do que uma mentalidade nacional que iguala o poder das informações com a propaganda e as suas implicações pejorativas, e assim sendo é improvável que a nação permita um "Departamento de Informações"<sup>41</sup>. Contudo, um modelo existente talvez possua a chave para o desenvolvimento bem-sucedido de uma estratégia holística de informações dos EUA e para qualquer implantação subsequente de políticas dessa estratégia.

Semelhante ao poder das informações, o instrumento econômico do poder abrange os setores público e privado. Assim, o Conselho Econômico Nacional, estabelecido em 1993 dentro do Gabinete Executivo do Presidente, pode prover um modelo útil que pode ser copiado para o desenvolvimento de um sistema semelhante para a administração do poder nacional de informações. As quatro funções principais do conselho são "coordenar a formulação das políticas para assuntos econômicos domésticos e internacionais, coordenar conselhos de políticas econômicas ..., garantir que as decisões das políticas ... estejam coerentes com os objetivos econômicos do presidente e monitorar a implantação"<sup>42</sup>. O conselho consiste em vários representantes de departamentos e órgãos do governo cujas políticas afetam a economia dos EUA.

O estabelecimento de um Conselho Nacional de Informações com uma missão semelhante parece uma abordagem razoável para o desenvolvimento estratégico e a implantação subsequente de políticas com base na discussão anterior. O conselho iria engajar e envolver o setor privado, reunir todos os órgãos do poder executivo com interesse na estratégia e nas políticas e desenvolver um método holístico e equilibrado que leva em consideração a conectividade, o conteúdo e a cognição. Empregaria os métodos e meios que permitem de forma mais efetiva e eficiente a realização dos fins definidos em apoio dos objetivos de segurança nacional, enquanto considera e mitiga o risco. Mais importante, iria diretamente avisar e responder ao presidente. A composição de tal conselho seria decidida, claro, pelo presidente e pode crescer tanto que seria ingovernável,

mas, no mínimo, deve incluir representantes do governo, de empresas e de todas as três "C" do ambiente de informações. Seu trabalho promoveria cooperação e coordenação voltadas para os objetivos comuns de estratégia e segurança nacionais como expressos na *Estratégia de Segurança Nacional*.

## Conclusão

No passado, os Estados Unidos estavam capazes de prosseguir de qualquer jeito, usando informação como poder, sem uma estratégia que definisse e orientasse o seu emprego. No entanto, um mundo cada vez mais conectado e complexo exige uma estratégia nacional de informações. O poder das informações é entremeado por todos os instrumentos diplomático, militar e econômico do poder nacional como um facilitador principal do seu êxito sinérgico. A importância óbvia do poder da informação exige que os Estados Unidos desenvolvam uma estratégia nacional holística que considere todos os aspectos do ambiente de informações: conectividade, conteúdo e cognição. Apenas quando isso ocorrer os Estados Unidos irão atuar e competir de forma efetiva e eficiente em um ambiente de informações cada vez mais emaranhado e complexo. ■

*Nota do Autor: Dan Kuehl faleceu em 28 de junho de 2014. Era um perfeito educador e líder abnegado, ensinando e orientando milhares de líderes superiores do governo dos EUA e de seus aliados sobre o elemento das informações do poder nacional. Tenho o orgulho e a honra de ter sido seu amigo.*

—Dennis Murphy

*O Cel Dennis Murphy, Exército dos EUA, da Reserva Remunerada, é analista superior de Operações Cibernéticas na IHS Jane's. Serviu, anteriormente, como Diretor do Grupo de Guerra das Informações no Centro de Liderança Estratégica, no U.S. Army War College, e em várias posições de comando e de estado-maior ao longo dos seus 27 anos de serviço militar no Exército dos EUA. Foi bolsista do Fellowship George C. Marshall para Jogos Político-Militares e Diplomáticos no Instituto de Serviços Estrangeiros do Departamento de Estado. É credenciado em Relações Públicas e Comunicação Militar pela Public Relations Society of America.*

*O Ten Cel Dan Kuehl, PhD, Força Aérea, da Reserva Remunerada, era professor de Operações de Informações na National Defense University (NDU), onde ajudou a formar o primeiro grande esforço educativo do Departamento de Defesa em Guerra da Informação e, até a sua aposentadoria em junho de 2012, serviu como o Diretor para o programa de Operações de Informações da NDU. Possui doutorado pela Duke University.*

## Referências

1. U.S. Commission on National Security Strategy in the 21st Century, *New World Coming: American Security in the 21st Century*, 15 Sep. 1999, p. 1, 4 e 8, acesso em: 22 jun. 2015, <http://govinfo.library.unt.edu/nssg/Reports/NWC.pdf>.
2. U.S. Commission on National Security Strategy in the 21st Century, *Seeking a National Strategy: A Concert for Preserving Security and Promoting Freedom*, 15 Apr. 2000, acesso em: 22 jun. 2015, <http://govinfo.library.unt.edu/nssg/PhaseII.pdf>.
3. Uma pesquisa pelo Google conduzida pelos autores sobre a frase "National strategy for" ("Estratégia nacional para") resultou em mais de 17 milhões de resultados, com links para estratégias para "prevenção de suicídio", "identidades de confiança no ciberespaço", "prevenção e controle de hepatite" e "combate ao terrorismo", citando apenas quatro na primeira página de resultados.
4. Joint Publication (JP) 1, *Doctrine for the Armed Forces of the United States* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 25 Mar. 2013). Existem outros enquadramentos analíticos, como o PMESII (political, military, economic, social, infrastructure e information, ou seja, político, militar, econômico, social, infraestrutura e informação), sendo que não houve a intenção de excluir outros enquadramentos com emprego do DIME, que representa os instrumentos do poder nacional diplomático, de informações, militar e econômico.
5. Dan Kuehl, "Defining Information Power," *Strategic Forum* #115, June 1997, o site das obras escritas de Phil Taylor (University of Leeds), acesso em: 22 jun. 2015, <http://media.leeds.ac.uk/papers/vp015a5f.html>; originalmente publicado pela National Defense University em junho de 1997.
6. Barack Obama, *National Security Strategy*, May 2010, acesso em: 22 jun. 2015, [http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss\\_viewer/national\\_security\\_strategy.pdf](http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf). Essa estratégia foi suplantada em 2015, acesso em: 15 jun. 2015, [https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/2015\\_national\\_security\\_strategy.pdf](https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy.pdf). Cabe notar que a *Estratégia*, de 2015, continua com o tema da versão de 2010, contendo uma seção dedicada à segurança cibernética, mas pouca menção ao valor do ciberespaço para transmitir conteúdo com a finalidade de obter efeitos cognitivos.
7. British Library, "Your country needs you" advertisement in *London Opinion*, XLII (546), 5 Sep. 1914, acesso em: 22 jun. 2015, <http://www.bl.uk/collection-items/your-country-needs-you>.
8. "Second Life," site da Linden Lab, acesso em: 22 jun. 2015, <http://www.lindenlab.com/products/second-life>. Second Life é um mundo virtual tridimensional on-line que permite que os usuários desempenhem um papel e interajam com outras personificações em um ambiente grátis.
9. Karen Hughes, comentários feitos durante uma conferência mundial sobre Operações de Informações do Departamento de Defesa, em 2005. Os dois autores compareceram.
10. JP 3-13, *Information Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 20 Nov. 2014), p. I-1-I-2.
11. Dennis M. Murphy, crítica literária de Jonathan Reed Winkler, "Nexus: Strategic Communications and American Security in World War I," *Parameters* 38(4) (Winter 2008-2009): p. 147-148.
12. Dennis M. Murphy e James F. White, "Propaganda: Can a Word Decide a War?" *Parameters* 37 (3) (Autumn 2007): p. 18-19.
13. Matt Armstrong, "The Smith-Mundt Act: Myths, Facts and Recommendations," 24 Nov. 2009, página de entrada da Mountain Runner, acesso em: 19 jun. 2015, [http://www.mountainrunner.us/search?q=The%20Smith-Mundt%20Act%3A%20Myths%2C%20Facts%20and%20Recommendations&f\\_collectionId=55324e8de-4b0323bd730fa5a](http://www.mountainrunner.us/search?q=The%20Smith-Mundt%20Act%3A%20Myths%2C%20Facts%20and%20Recommendations&f_collectionId=55324e8de-4b0323bd730fa5a); The United States Information and Educational Exchange Act, Pub. L. No. 80-402 (1948).
14. Ronald Reagan, "U.S. International Information Policy," National Security Decision Directive 130, 6 Mar. 1984, acesso em: 19 jun. 2015, <http://www.reagan.utexas.edu/archives/reference/Scanned%20NSDD5/NSDD130.pdf>.
15. Ronald Reagan, United States International Broadcasting," National Security Decision Directive 45, 15 Jul. 1982, acesso em: 19 jun. 2015, <http://www.reagan.utexas.edu/archives/reference/Scanned%20NSDD5/NSDD45.pdf>.
16. Russian Ministry of Defense, "Conceptual Views Regarding the Activities of the Armed Forces of the Russian Federation in Information Space," 2011, acesso em: 19 jun. 2015, <http://www.pir-center.org/media/content/files/9/13480921870.pdf>. Uma tradução não oficial está disponível no site do NATO Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence, acesso em: 19 jun. 2015, [https://ccd-coe.org/strategies/Russian\\_Federation\\_unofficial\\_translation.pdf](https://ccd-coe.org/strategies/Russian_Federation_unofficial_translation.pdf). Observe que não utiliza o termo "ciberespaço", mas sim o termo "espaço de informações". Não se trata da tecnologia, é sobre o impacto cognitivo.
17. Pew Research Center, "Internet Use Over Time," website do Pew Research Center, acesso em: 19 jun. 2015, <http://www.pewinternet.org/data-trend/internet-use/internet-use-over-time/>.
18. William J. Clinton, "Administration Updates Encryption Policy," Press Release (Washington, DC: The White House, 16 Sep. 1998).
19. William J. Clinton, Presidential Decision Directive 68, *Concerning International Public Information*, 1999, disponível pela Clinton Presidential Library, acesso em: 19 jun. 2015, [http://www.clintonlibrary.gov/\\_previous/Documents/0207.pdf](http://www.clintonlibrary.gov/_previous/Documents/0207.pdf).
20. A nova mídia, como empregada aqui, é qualquer capacidade que faculta uma ampla gama de atores (de indivíduos até Estados-nação) para criar e disseminar informações em tempo real ou quase real que podem afetar um público amplo (regional ou mundial).
21. Dennis M. Murphy, "Strategic Communication: Wielding the Information Element of Power," *U.S. Army War College Guide to National Security, Volume I: Theory of War and Strategy*, ed. J. Boone Bartholomees, Jr. (Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, 2008), p. 181-182.
22. Matt Armstrong, "Whither Public Diplomacy? Sixty-six Days (and Counting) Without an Undersecretary," página de entrada da Mountain Runner, 23 Mar. 2009, acesso em: 19 jun. 2015, [http://mountainrunner.us/2009/03/whither\\_public\\_diplomacy](http://mountainrunner.us/2009/03/whither_public_diplomacy).
23. George W. Bush, *U.S. National Strategy for Public Diplomacy and Strategic Communication* (Washington, DC: The White House, March 2007), p. 6.
24. Bruce Hoffman, *Internet Terror Recruitment and Tradecraft: How Can We Address an Evolving Tool While Protecting Free*

Speech?, testemunho escrito submetida ao The House Committee on Homeland Security, Subcommittee on Intelligence, Information Sharing, and Terrorism Risk Assessment, 26 May 2010: p. 7, acesso em: 19 jun. 2015, <http://chsdemocrats.house.gov/SiteDocuments/20100526101502-95237.pdf>.

25. U.S. Deputy Secretary of Defense, *2006 Quadrennial Defense Review (QDR) Strategic Communication (SC) Execution Roadmap*, Memorandum for Secretaries of the Military Departments (Washington, DC: U.S. Department of Defense, 25 September 2006), acesso em: 19 jun. 2015; <http://www.defense.gov/pubs/pdfs/QDRRoadmap20060925a.pdf>.

26. Em 8 Jun 07, o Subsecretário de Defesa publicou um memorando intitulado *Políticas das Atividades Interativas da Internet do Departamento de Defesa* (Policy for Department of Defense Interactive Internet Activities), autorizando que apenas o pessoal de Relações Públicas interajam com a mídia pela internet e designando que a autoridade das atividades relacionadas à internet seja exercida no nível quatro estrelas.

27. George W. Bush, *The National Strategy to Secure Cyberspace*, (Washington, DC: The White House, February 2003), acesso em: 19 jun. 2015, [https://www.us-cert.gov/sites/default/files/publications/cyberspace\\_strategy.pdf](https://www.us-cert.gov/sites/default/files/publications/cyberspace_strategy.pdf).

28. Barack Obama, "Remarks by the President on a New Beginning," palestra proferida na Universidade de Cairo, 4 Jun. 2009, acesso em: 19 jun. 2015, <http://www.whitehouse.gov/blog/NewBeginning>.

29. The White House, Office of the Press Secretary, "President Obama Directs the National Security and Homeland Security Advisors to Conduct Immediate Cyber Security Review, Melissa Hathaway Selected to Lead the Review" White House Press Release, 9 Feb. 2009, acesso em: 26 March 2015, <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/president-obama-directs-national-security-and-homeland-security-advisors-conduct-im>.

30. Barack Obama, *National Framework for Strategic Communication* (Washington, DC: The White House, February 2010).

31. Barack Obama, *The Comprehensive National Cybersecurity Initiative*, White House White Paper, May 2009, acesso

em: 22 jun. 2015, <http://www.whitehouse.gov/cybersecurity/comprehensive-national-cybersecurity-initiative>.

32. U.S. Deputy Secretary of Defense, *Responsible and Effective Use of Internet-Based Capabilities*, Memorandum for Secretaries of the Military Departments, 25 Feb. 2010, acesso em: 22 jun. 2015, <http://www.defense.gov/NEWS/DTM%2009-026.pdf>.

33. Barack Obama, *National Security Strategy*, May 2010: p. 39, acesso em: 22 jun. 2015, [http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss\\_viewer/national\\_security\\_strategy.pdf](http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf).

34. Hillary Rodham Clinton, "Remarks on Internet Freedom," palestra na Newseum, Washington, DC, 21 Jan. 2010, acesso em: 22 jun. 2015, <http://www.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2010/01/135519.htm>.

35. Evgeny Morozov, *The Net Delusion* (New York: Public Affairs, 2011), p. 48-49.

36. Barack Obama, *International Strategy for Cyberspace: Prosperity, Security, and Openness in a Networked World*, May 2011, acesso em: 22 jun. 2015, [https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss\\_viewer/international\\_strategy\\_for\\_cyberspace.pdf](https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/international_strategy_for_cyberspace.pdf).

37. Bruce Hoffman, citado em Stew Magnuson, "Futile to Control Internet Terrorist Recruitment, Witnesses Say," *National Defense Magazine*, July 2010, acesso em: 22 jun. 2015, <http://www.nationaldefensemagazine.org/archive/2010/July/Pages/Futileto-ControlInternetTerroristRecruitment.aspx>.

38. Harry R. Yarger, *Strategic Theory for the 21st Century: The Little Book on Big Strategy* (Carlisle Barracks, PA: Strategic Studies Institute, 2006), p. 36.

39. Kuehl, "Defining Information Power."

40. Senate Report 112-026, National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2012, Library of Congress, acesso em: 22 jun. 2015, [http://thomas.loc.gov/cgi-bin/cpquery/?&sid=cp11268j-t5&r\\_n=sr026.112&dbname=cp112&&sel=TOC\\_800764&](http://thomas.loc.gov/cgi-bin/cpquery/?&sid=cp11268j-t5&r_n=sr026.112&dbname=cp112&&sel=TOC_800764&).

41. Murphy e White, "Propaganda: Can a Word Decide a War?" p. 15.

42. "National Economic Council, Overview" The White House website, acesso em: 18 jun. 2015, <http://www.whitehouse.gov/administration/eop/nec>.